



TCE SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

SIMULADO FINAL

TCE SP

**Auditor de Controle Externo
Direito - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-SP**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/r3uUoZnKWp2RfiD76>

01 - ABCDE	17 - ABCDE	33 - ABCDE	49 - ABCDE	65 - ABCDE
02 - ABCDE	18 - ABCDE	34 - ABCDE	50 - ABCDE	66 - ABCDE
03 - ABCDE	19 - ABCDE	35 - ABCDE	51 - ABCDE	67 - ABCDE
04 - ABCDE	20 - ABCDE	36 - ABCDE	52 - ABCDE	68 - ABCDE
05 - ABCDE	21 - ABCDE	37 - ABCDE	53 - ABCDE	69 - ABCDE
06 - ABCDE	22 - ABCDE	38 - ABCDE	54 - ABCDE	70 - ABCDE
07 - ABCDE	23 - ABCDE	39 - ABCDE	55 - ABCDE	71 - ABCDE
08 - ABCDE	24 - ABCDE	40 - ABCDE	56 - ABCDE	72 - ABCDE
09 - ABCDE	25 - ABCDE	41 - ABCDE	57 - ABCDE	73 - ABCDE
10 - ABCDE	26 - ABCDE	42 - ABCDE	58 - ABCDE	74 - ABCDE
11 - ABCDE	27 - ABCDE	43 - ABCDE	59 - ABCDE	75 - ABCDE
12 - ABCDE	28 - ABCDE	44 - ABCDE	60 - ABCDE	76 - ABCDE
13 - ABCDE	29 - ABCDE	45 - ABCDE	61 - ABCDE	77 - ABCDE
14 - ABCDE	30 - ABCDE	46 - ABCDE	62 - ABCDE	78 - ABCDE
15 - ABCDE	31 - ABCDE	47 - ABCDE	63 - ABCDE	79 - ABCDE
16 - ABCDE	32 - ABCDE	48 - ABCDE	64 - ABCDE	80 - ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/ld1vrs>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4jx7VUM>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto transcrito****Uso de celulares na educação exige orientação dentro e fora da escola**

Foi graças ao celular que Débora Garofalo, na época professora em uma escola municipal paulistana, conseguiu desenvolver atividades de programação com seus alunos do ensino fundamental — impulsionando um projeto de robótica com sucata que a fez chegar aos melhores colocados do Global Teacher Prize, prêmio para professores considerado o “Nobel da educação”.

Desde que esses aparelhos eletrônicos passaram a entrar nas salas de aula, Garofalo defende que eles podem ser aliados, e não inimigos. “A gente não pode negar que está vivenciando uma revolução tecnológica. Não dá para a gente voltar à era do giz e da lousa, somente do livro didático”, afirma a educadora. Nesse contexto, torna-se necessário educar para o uso desses recursos. O estudante precisa compreender, por exemplo, que, ao acessar uma rede social ou realizar uma pesquisa, há mecanismos que influenciam os resultados obtidos.

Além disso, não basta que a escola imponha restrições ao uso de celulares se, fora dela, não houver orientação adequada. “Não adianta também a escola proibir e os pais continuarem permitindo o uso de forma liberada, sem uma rotina. A criança chega em casa e fica quatro, cinco horas seguidas no celular ou no computador.”, alerta. De acordo com a professora, o uso excessivo desses dispositivos, sem acompanhamento, pode comprometer a relação dos estudantes com a aprendizagem.

1. De acordo com o texto, a experiência de Débora Garofalo e suas considerações sobre o uso de celulares permitem concluir que

- a) os resultados positivos obtidos com a robótica demonstram que o uso prolongado de celulares favorece a aprendizagem.
- b) a incorporação de recursos tecnológicos ao ensino torna dispensáveis os materiais didáticos tradicionais.
- c) a orientação familiar pode substituir o trabalho da escola na formação dos estudantes para o uso de tecnologias.
- d) o potencial pedagógico dos celulares depende de um uso orientado, que exige atenção tanto no ambiente escolar quanto no familiar.
- e) a influência de mecanismos sobre os resultados das pesquisas impede que os celulares sejam utilizados como ferramentas educativas.

2. Assinale a alternativa em que a expressão destacada tem seu referente corretamente identificado.

- a) “um projeto de robótica com sucata que **a** fez chegar” — uma escola municipal paulistana.
- b) “Garofalo defende que **eles** podem ser aliados” — esses aparelhos eletrônicos.
- c) “**Nesse contexto**, torna-se necessário educar” — a classificação de Garofalo no Global Teacher Prize.
- d) “se, fora **dela**, não houver orientação adequada” — uma rede social.
- e) “**desses dispositivos**, sem acompanhamento” — os mecanismos que influenciam os resultados obtidos.

3. Assinale a alternativa em que a frase elaborada a partir das ideias do texto atende à norma-padrão de regência e de emprego do sinal indicativo de crase.

- a) A orientação deve levar os estudantes à compreender os mecanismos das redes sociais.
- b) A professora defende que os recursos digitais podem contribuir à aprendizagem dos estudantes.
- c) Cabe à escola orientar os estudantes quanto à utilização dos celulares e aos riscos do uso excessivo.
- d) Os responsáveis devem estar atentos à qualquer comportamento associado ao uso excessivo dos dispositivos.
- e) As medidas educativas devem visar à um uso mais consciente dos recursos tecnológicos.

4. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão.

- a) Ainda que hajam recursos tecnológicos disponíveis, a orientação dos estudantes continua necessária.
- b) Deve existir, dentro e fora da escola, medidas que favoreçam o uso responsável dos celulares.
- c) Cabe aos pais e aos educadores a definição de limites para o uso dos dispositivos eletrônicos.
- d) Fazem alguns anos que os celulares passaram a integrar as atividades desenvolvidas nas escolas.
- e) O uso prolongado dos aparelhos, associado à falta de acompanhamento, podem prejudicar a aprendizagem.

5. Assinale a alternativa em que a pontuação da frase elaborada a partir do texto está de acordo com a norma-padrão.

- a) A professora, que desenvolveu um projeto de robótica com sucata defende o uso orientado dos celulares.
- b) Os estudantes precisam compreender, que os resultados das pesquisas sofrem a influência de determinados mecanismos.

c) A escola deve orientar os estudantes; e os responsáveis, precisam estabelecer uma rotina em casa.

d) O uso excessivo dos dispositivos, pode comprometer a relação dos estudantes com a aprendizagem.

e) Para a professora, os celulares podem favorecer a aprendizagem, desde que seu uso seja acompanhado de orientação.

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

Carlos Henrique

6. Em determinado setor de um órgão público, considere as seguintes afirmações:

I. O relatório de auditoria foi concluído.

II. O relatório de auditoria foi encaminhado ao responsável pela revisão.

A partir dessas afirmações, a proposição “O relatório de auditoria foi concluído e não foi encaminhado ao responsável pela revisão” é equivalente a:

- a) O relatório de auditoria foi concluído, mas não foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- b) O relatório de auditoria não foi concluído e foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- c) O relatório de auditoria foi concluído ou não foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- d) O relatório de auditoria não foi concluído ou foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- e) Se o relatório de auditoria foi concluído, então não foi encaminhado ao responsável pela revisão.

7. Considere a afirmação:

“Todos os processos analisados pelo auditor apresentam documentação completa.”

A negação lógica dessa afirmação é:

- a) Nenhum processo analisado pelo auditor apresenta documentação completa.
- b) Todos os processos analisados pelo auditor não apresentam documentação completa.
- c) Pelo menos um processo analisado pelo auditor não apresenta documentação completa.
- d) Pelo menos um processo analisado pelo auditor apresenta documentação completa.
- e) Alguns processos analisados pelo auditor apresentam documentação completa e outros não.

8. Em determinado setor de um órgão público, são feitas as seguintes afirmações:

Se o relatório foi concluído, então a revisão foi realizada.

A revisão não foi realizada.

Considerando essas afirmações verdadeiras, é correto concluir que:

- a) O relatório foi concluído.
- b) O relatório não foi concluído.
- c) O relatório foi parcialmente concluído.
- d) A revisão foi realizada, mas não foi registrada.
- e) Não é possível estabelecer qualquer relação entre a conclusão do relatório e a realização da revisão.

9. Quatro servidores — Ana, Bruno, Carlos e Daniela — serão distribuídos, um em cada posição, em uma fila formada pelas posições 1, 2, 3 e 4, da esquerda para a direita.

Sabe-se que:

- Ana ocupa uma posição anterior à de Bruno;
- Carlos ocupa uma posição imediatamente posterior à de Ana;
- Daniela ocupa uma posição anterior à de Ana.

Nessas condições, a pessoa que necessariamente ocupa a posição 1 é:

- a) Ana.
- b) Bruno.
- c) Carlos.
- d) Daniela.
- e) Não é possível determinar.

10. Observe a sequência numérica:

3, 6, 12, 21, 33, 48, ...

Admitindo-se que a sequência obedeça a uma regularidade, o próximo termo é:

- a) 63.
- b) 65.
- c) 66.
- d) 68.
- e) 69.

ÉTICA PÚBLICA*Rodrigo Bet*

11. Durante a análise de propostas apresentadas em um procedimento administrativo, Rafael, servidor responsável pela emissão de parecer técnico, descobre que sua companheira passou recentemente a prestar serviços de consultoria para uma das empresas interessadas. Embora afirme que não receberá qualquer vantagem financeira decorrente do resultado do procedimento, Rafael decide prosseguir normalmente na análise, sem comunicar o fato à Administração.

À luz do Decreto nº 69.328/2025, a conduta de Rafael

- a) está adequada, pois o conflito de interesses somente se caracteriza quando o agente público obtém vantagem econômica direta.
- b) é regular, desde que Rafael mantenha em sigilo sua relação pessoal e fundamente tecnicamente o parecer emitido.
- c) somente será eticamente questionável se ficar demonstrado que Rafael efetivamente favoreceu a empresa interessada.
- d) é inadequada, pois o agente público deve prevenir conflitos de interesses e informar à autoridade competente qualquer situação que possa assim ser configurada.
- e) é permitida, uma vez que relações particulares do agente público não interferem em sua atuação funcional enquanto inexistir decisão administrativa definitiva.

12. Após ser transferida para uma unidade responsável pela análise de contratações públicas, Daniela percebe que diversos procedimentos internos foram recentemente modificados. Apesar disso, recusa-se a participar das capacitações oferecidas pelo órgão e continua utilizando modelos e orientações antigas, alegando que seus quinze anos de experiência profissional são suficientes para o desempenho das novas atribuições.

Considerando o Decreto nº 69.328/2025, a conduta de Daniela

- a) está em desacordo com o Código, pois o profissionalismo exige aperfeiçoamento contínuo e atualização quanto à legislação, aos procedimentos e aos avanços tecnológicos pertinentes à área de atuação.
- b) está adequada, desde que a experiência acumulada permita que a servidora entregue suas atividades dentro dos prazos estabelecidos.
- c) somente configurará violação ética caso a utilização dos procedimentos antigos provoque prejuízo financeiro comprovado à Administração.
- d) é admissível, pois a participação em capacitações constitui faculdade do agente público e não guarda relação com os deveres de natureza ética.
- e) é regular enquanto não houver determinação expressa da chefia obrigando a servidora a realizar curso específico de atualização.

13. A direção de determinado órgão adota um procedimento administrativo formalmente compatível com as normas vigentes. A medida, entretanto, cria exigências desnecessárias aos cidadãos, amplia consideravelmente o tempo de atendimento e dificulta o acesso ao serviço público. Questionado sobre os efeitos da decisão, o gestor afirma que, sendo o procedimento juridicamente permitido, não haveria qualquer questão ética a ser examinada.

Sob a perspectiva da ética no serviço público, a posição do gestor

- a) está correta, pois a ética administrativa se esgota no cumprimento das normas jurídicas aplicáveis à atuação estatal.
- b) somente poderá ser considerada inadequada se houver violação da consciência moral individual dos servidores responsáveis pela execução do procedimento.
- c) é insuficiente, pois a ética pública articula normas jurídicas, valores e finalidade pública, exigindo que decisões formalmente regulares também sejam orientadas para o bem comum.
- d) está correta, pois consequências sociais negativas pertencem ao campo da eficiência administrativa e não interferem na análise ética da decisão.
- e) é inadequada apenas se ficar comprovada intenção pessoal do gestor de prejudicar os usuários do serviço público.

LEGISLAÇÃO E INTEGRIDADE

Herbert Almeida

14. A respeito do exame prévio de edital previsto nas Instruções nº 1/2024, assinale a alternativa correta.

- a) o TCE-SP só pode examinar o edital depois de concluído o certame licitatório e assinado o respectivo contrato.
- b) o envio da íntegra do edital ao Tribunal é espontâneo e periódico, independentemente de solicitação.
- c) o Tribunal pode, a qualquer momento, solicitar cópia completa do edital de licitação, que deverá ser enviada, por meio eletrônico, no prazo de até 48 horas contadas do recebimento da solicitação.
- d) os editais de licitação dependem do registro prévio do Tribunal de Contas, motivo pelo qual devem ser remetidos de ofício, via sistema eletrônico, com antecedência mínima de 48 horas da data de publicação do edital nos meios oficiais.
- e) o edital não precisa indicar a origem dos recursos que custearão a contratação, ainda que os recursos sejam exclusivamente federais.

15. Jorge jurisdicionado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deseja impugnar decisão da Corte, alegando que houve contradição nos argumentos levantados na decisão. Nesse caso, o instrumento de recurso cabível será:

- a) recurso ordinário;
- b) pedido de reconsideração;
- c) agravo;
- d) embargos de declaração; e
- e) pedido de reexame.

16. Maria é cidadã, residindo no estado de São Paulo, agindo ativamente na realização de tarefas sociais. Certo dia, tomou conhecimento dos desvios de recursos estaduais, que deveriam ser direcionados para tarefas assistenciais, em programas de promoção da saúde e da educação da população de baixa renda. Irresignada, Maria realizou denúncia ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A denúncia poderia ser formulada por parlamentar, partido político ou associação, mas o cidadão individualmente não goza dessa prerrogativa.
- b) O requerimento da denúncia deverá constar com o nome legível, qualificação e o endereço de Maria, que deverá ainda provar a sua cidadania, mediante apresentação do título eleitoral ou de documento que a ele corresponda.
- c) Ao relator caberá determinar a instrução da denúncia, em caráter público até que seja comprovada a procedência. A partir daí, a denúncia deverá tramitar em caráter sigiloso, até o término do direito de defesa.
- d) A denúncia será formulada mediante requerimento, dispensando-se a apresentação de elementos documentais e indícios de veracidade dos fatos alegados, uma vez que os fatos deverão ser apurados e o processo instruído mediante atuação da Corte de Contas.
- e) Reconhecida a existência de dolo ou má-fé do denunciante, o processo será remetido ao denunciado para as medidas legais cabíveis.

17. Sobre os direitos e garantias dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é correto afirmar que:

- a) o Conselheiro terá as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Juízes de Direito de primeira instância do Estado.
- b) não poderá exercer, concomitantemente, o cargo de Conselheiro, substituto de Conselheiro ou integrar a lista de substitutos de Conselheiro, parente consanguíneo ou afim, na linha

ascendente ou descendente e na linha colateral, até o terceiro grau.

- c) os Conselheiros gozarão de férias anuais por trinta dias, vedado o parcelamento.
- d) não poderão estar em férias, ao mesmo tempo, o Presidente e o Vice-Presidente, nem mais de quatro Conselheiros, sendo no máximo dois por Câmara, ressalvados os casos excepcionais apreciados pelo Tribunal Pleno.
- e) as férias dos Conselheiros serão concedidas pelo Vice-Presidente, independentemente de referendo do Tribunal Pleno.

18. A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

19. Sobre os deveres, as proibições e as responsabilidades do funcionário público civil do Estado de São Paulo, previstos na Lei nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

- a) É proibido ao funcionário constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, sem nenhuma exceção.
- b) O dever de representar aos superiores sobre as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício das funções é considerado cumprido quando o funcionário apresenta denúncia diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculado.
- c) Quando o prejuízo à Fazenda Estadual decorre de alcance ou desfalque, a indenização pode ser descontada do vencimento ou da remuneração, desde que o desconto não passe da décima parte do valor destes.
- d) A proibição de participar da gerência ou administração de sociedades comerciais que mantenham relações com o Governo do Estado também alcança a direção de cooperativas e de associações de classe.
- e) O servidor demitido e depois absolvido pela Justiça será reintegrado, com todos os direitos e vantagens, bastando comprovar o trânsito em julgado da absolvição, qualquer que seja o fundamento dela.

20. Considerando as disposições da Lei nº 12.813/2013, que trata do conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, assinale a alternativa correta.

- a) Após deixar o cargo, o agente público fica impedido por 12 meses de aceitar cargo de administrador ou conselheiro em pessoa jurídica que atue em área relacionada à competência do cargo que ocupava, salvo autorização expressa da Comissão de Ética Pública ou da Controladoria-Geral da União.
- b) Depois do exercício do cargo, divulgar ou usar informação privilegiada obtida em razão das

atividades exercidas só configura conflito de interesses durante o período de impedimento.

- c) As situações de conflito de interesses durante o exercício do cargo ou emprego não se aplicam ao agente público que esteja em gozo de licença ou em período de afastamento.
- d) Configura conflito de interesses, no exercício do cargo, praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe parente colateral do agente público até o terceiro grau, quando essa pessoa jurídica possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão.
- e) Compete à Advocacia-Geral da União autorizar o ocupante de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal a exercer atividade privada, quando verificada a inexistência de conflito de interesses ou sua irrelevância.

COMPONENTE ESPECÍFICO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Projeto de iniciativa privativa do governador recebeu emenda parlamentar sem aumento de despesa, mas sem relação com o tema original. A emenda é

- a) válida, pois a ausência de aumento de despesa é suficiente.
- b) válida, desde que aprovada pela maioria absoluta dos deputados.
- c) inválida somente se modificar atribuições de órgãos da Administração.
- d) válida, por decorrer do poder de emenda parlamentar.
- e) inválida, pois não guarda pertinência temática com o projeto.

22. O Estado Alfa deixou de aplicar o mínimo constitucional de sua receita em educação e saúde. A eventual intervenção federal dependerá de

- a) solicitação do governador submetida ao Congresso Nacional.
- b) requisição do Tribunal de Contas da União ao Presidente.
- c) provimento, pelo STF, de representação do Procurador-Geral da República.
- d) provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral de Justiça.
- e) autorização prévia da Assembleia Legislativa, por maioria absoluta.

23. Para reduzir despesas, o Presidente da República extinguiu, por decreto, uma secretaria da Administração Federal prevista em lei e diversos cargos públicos vagos. Também delegou a Ministro de Estado o exercício das atribuições previstas no art. 84, VI, da CF/1988. Nessa situação,

- a) ambas as extinções são válidas, mas a delegação exige autorização do Congresso Nacional.
- b) a secretaria pode ser extinta, mas os cargos vagos dependem de lei e a atribuição é indelegável.
- c) somente os cargos vagos podem ser extintos por decreto, sendo válida a delegação ao Ministro.
- d) somente a secretaria pode ser extinta por decreto, embora as duas atribuições sejam delegáveis.
- e) as duas medidas dependem de lei, mas a reorganização administrativa pode ser delegada ao Ministro.

24. Uma associação civil, em funcionamento há dez meses, impetrou mandado de segurança coletivo sem autorização especial, para defender direito pertinente aos seus fins estatutários, titularizado apenas por parte dos associados. O juiz extinguiu a ação pela ausência de um ano de funcionamento, de autorização expressa e de interesse de todos os membros. A decisão está

- a) correta apenas quanto à ausência do requisito temporal.
- b) correta quanto ao prazo e à autorização, mas não quanto à abrangência subjetiva.
- c) integralmente correta, pois os três requisitos devem ser atendidos cumulativamente.
- d) incorreta, porque a pertinência temática dispensa o prazo e a autorização.
- e) incorreta, pois a associação possui legitimação universal desde sua constituição.

25. Laura exerce mandato de deputada estadual e era casada com o governador do mesmo Estado. Durante o mandato do governador, o casal se divorciou. Na eleição seguinte, permanecendo o ex-marido no cargo, Laura pretende disputar uma vaga no Senado pelo mesmo Estado. Nessa situação, Laura é

- a) elegível, porque o divórcio extinguiu o vínculo antes da formalização da candidatura.
- b) elegível, pois a titularidade de qualquer mandato permite concorrer a cargo diverso.
- c) elegível, desde que o divórcio tenha ocorrido mais de seis meses antes do pleito.
- d) inelegível, pois o divórcio no curso do mandato não afasta a vedação.
- e) inelegível somente se o governador estiver no segundo mandato consecutivo.

26. Lei complementar estadual instituiu região metropolitana formada por Municípios limítrofes para integrar funções públicas de interesse comum. A lei atribuiu exclusivamente ao Estado o planejamento, a regulação e a prestação do saneamento básico, excluindo os Municípios das deliberações. Nessa situação

- a) toda a disciplina é válida, pois o interesse metropolitano transfere ao Estado a titularidade dos serviços.
- b) a instituição é válida, mas a gestão exclusivamente estadual viola a autonomia municipal.
- c) a região somente poderia ser criada após aprovação individual de todos os Municípios interessados.
- d) a lei é integralmente inválida, pois apenas a União pode instituir regiões metropolitanas.
- e) a instituição é válida, mas os serviços comuns permanecem sob titularidade exclusiva de cada Município.

27. Após a diplomação, um deputado federal teria solicitado vantagem indevida em troca de atuação diretamente relacionada ao mandato. Recebida a denúncia pelo STF, a Câmara dos Deputados foi comunicada. Vinte dias depois, um partido político com representação na Casa, diverso daquele ao qual pertence o parlamentar, requereu a sustação da ação penal.

À luz da CF/1988, assinale a alternativa correta.

- a) Somente o partido ao qual o deputado está filiado possui legitimidade para requerer a sustação, que exige dois terços dos votos.
- b) A Câmara poderá sustar a ação apenas se o crime for anterior à diplomação e não guardar relação com o exercício parlamentar.
- c) A EC nº 35/2001 extinguiu a licença parlamentar prévia e também qualquer possibilidade de sustação da ação penal pela Casa legislativa.
- d) O pedido poderá ser aprovado pela maioria dos parlamentares presentes, mas a deliberação não produzirá efeitos sobre o prazo prescricional.

e) O pedido é legítimo, e a sustação exige maioria absoluta, suspendendo a prescrição durante o mandato.

28. Diante da grave insuficiência regional de equipamentos hospitalares, determinada lei estadual autorizou a instituição de sociedade de economia mista para fabricar e comercializar esses produtos em concorrência com empresas privadas. A lei indicou expressamente o relevante interesse coletivo que justificaria a atuação estatal, mas também concedeu à futura sociedade isenção de ICMS não extensível às concorrentes e dispensou todas as suas aquisições de licitação.

Considerando a disciplina constitucional da ordem econômica, assinale a alternativa correta.

- a) A exploração é admissível, mas o privilégio fiscal exclusivo e a dispensa genérica de licitação contrariam o regime constitucional das estatais.
- b) A sociedade é inválida, pois somente a União pode explorar atividade econômica em concorrência com particulares.
- c) Todas as medidas são válidas, porque a participação estatal no capital submete a sociedade de economia mista a regime integralmente público.
- d) A exploração é legítima, e a isenção exclusiva decorre automaticamente da imunidade tributária recíproca conferida às entidades da Administração indireta.
- e) A atividade somente poderia ser exercida por empresa pública federal, criada diretamente por lei complementar e sem participação de capital privado.

29. Ao examinar determinado ato de despesa, o TCE-SP constatou que a aplicação da lei estadual que o fundamentava produziria resultado diretamente contrário à jurisprudência consolidada do STF. O Plenário da Corte de Contas afastou a incidência da norma apenas naquele processo, sem declarar sua nulidade nem estender a decisão a toda a Administração Pública.

De acordo com o entendimento atual do STF, a decisão do TCE-SP

- a) é inválida, pois a Súmula 347 foi cancelada após a CF/1988 e os Tribunais de Contas não integram o Poder Judiciário.
- b) é inválida, porque a lei deve ser aplicada até que seja formalmente revogada pelo Poder Legislativo.
- c) é válida, podendo o TCE declarar a nulidade da lei com efeitos gerais, desde que a decisão seja tomada pela maioria absoluta.
- d) é válida, pois a norma pode ser afastada incidentalmente quando isso for indispensável ao exercício do controle externo.
- e) depende de autorização prévia da Assembleia Legislativa, à qual compete suspender a eficácia da lei estadual questionada.

b) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas sempre que demonstrada culpa em sentido estrito, em qualquer nível de culpabilidade.

c) Na esfera controladora, a revisão quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

d) O dever de indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime, e sem prejuízo aos interesses gerais, restringe-se às decisões proferidas na esfera judicial.

e) Na interpretação de normas sobre gestão pública, a esfera controladora deverá se pautar pela imparcialidade e objetividade, desconsiderando circunstâncias concretas, como obstáculos e dificuldades reais do gestor

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

30. Em processo de fiscalização, determinado Tribunal de Contas firmou nova interpretação a respeito da forma de cálculo de vantagem paga a servidores de autarquia estadual, divergente da orientação geral que prevalecia à época em que os atos de concessão foram editados.

Considerando as disposições dos arts. 20 a 30 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), incluídas pela Lei nº 13.655/2018, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão que estabelecer interpretação ou orientação nova poderá ser aplicada retroativamente, desde que a autoridade indique de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

31. A Lei estadual paulista nº 10.177/1998 previa, em seu art. 10, inciso I, prazo decadencial de 10 (dez) anos para que a Administração anulasse atos administrativos dos quais decorressem efeitos favoráveis aos destinatários.

A respeito do tema, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal e da disciplina da invalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal reputou constitucional o prazo decenal, por se inserir no âmbito da autonomia administrativa do Estado-membro.
- b) Foi declarada a inconstitucionalidade do mencionado prazo decenal, razão pela qual passou a incidir prazo decadencial de 3 (três) anos, por aplicação analógica da legislação civil.
- c) O prazo decadencial incide inclusive nas hipóteses de comprovada má-fé do beneficiário, dada a natureza peremptória da decadência.
- d) Transcorrido o prazo decadencial, todo ato viciado convalida-se tácita e automaticamente, com eficácia retroativa, por decisão vinculada da Administração.
- e) O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do prazo decenal, por violação à isonomia, passando a incidir o prazo de 5 (cinco) anos, parâmetro geral consolidado nas relações entre o Poder Público e o particular

32. Suponha que determinada lei estadual atribuiu à sociedade de economia mista, cujo capital social é majoritariamente público e que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado, em regime não concorrencial, competência para fiscalizar o trânsito e aplicar as multas correspondentes.

À luz da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 532 da repercussão geral, assinale a alternativa correta.

- a) A delegação é inconstitucional, pois o poder de polícia, por decorrer do poder de império, é integralmente indelegável a pessoas jurídicas de direito privado.
- b) A delegação é constitucional e alcança as fases de consentimento, fiscalização e sanção do ciclo de polícia, remanescendo indelegável a ordem de polícia.
- c) A delegação é constitucional apenas quanto à fiscalização, por se tratar de atividade material, vedada a delegação da aplicação de sanções.
- d) A delegação prescinde de lei, bastando contrato de gestão ou convênio celebrado com o ente controlador.
- e) A delegação é constitucional ainda que a estatal atue em regime concorrencial, bastando que o seu capital social seja majoritariamente público

33. O Estado de São Paulo, por meio de órgão público do Poder Executivo, celebrou contrato de prestação de serviços de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO). Após onze meses de execução contratual, a contratada deixou de adimplir suas obrigações trabalhistas perante os vigilantes terceirizados vinculados ao contrato.

De acordo com a Lei 14.133/2021 e com a jurisprudência predominante sobre o tema a respeito da responsabilidade pelos encargos trabalhistas:

- a) A Administração responde solidariamente em qualquer hipótese, por se tratar de serviço contínuo.
- b) A inadimplência do contratado não transfere à Administração a responsabilidade pelo pagamento em nenhuma circunstância.
- c) A Administração responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- d) O Poder Público responde solidariamente pelos encargos trabalhistas e subsidiariamente pelos previdenciários.
- e) A responsabilidade da Administração é objetiva e automática, dispensando prova de negligência

34. Servidor público estadual, no exercício de suas atribuições, causou dano a particular no exercício de suas atribuições.

Considerando o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A pretensão reparatória, caso o particular utilize a via judicial, deve ser ajuizada contra o Estado, sendo o agente público parte ilegítima para figurar no polo passivo, assegurado o direito de regresso do poder público contra o responsável, desde que exista dolo ou culpa.
- b) O particular pode optar por ajuizar a ação diretamente contra o agente público, hipótese em que a responsabilidade deste será objetiva.

- c) Há litisconsórcio passivo facultativo entre o Estado e o agente público causador do dano.
- d) O direito de regresso do Estado contra o agente depende da comprovação de dolo.
- e) A responsabilidade do Estado por ato comissivo de seu agente é subjetiva, exigindo a prova de falha na prestação do serviço

35. A respeito do Controle Externo exercido pelos Tribunais de Contas, à luz da redação atualizada da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A EC 139/2026 reconheceu a essencialidade dos Tribunais de Contas e seu caráter permanente, vedando sua extinção ou desinstalação, embora se permita sua criação e instalação.
- b) No processo de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria é obrigatória a observância do contraditório e da ampla defesa em relação ao beneficiário.
- c) Os Tribunais de Contas sujeitam-se ao prazo de 5 (cinco) anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, contado da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- d) Os Tribunais de Contas não dispõem de poder geral de cautela, por ausência de previsão constitucional expressa.
- e) A execução judicial de decisão do Tribunal de Contas que imputa débito ou multa depende de homologação judicial pelo rito sumaríssimo

36. Considerando a disciplina do recurso administrativo na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso administrativo tem efeito suspensivo automático, salvo disposição legal em contrário.
- b) O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa, e sua interposição independe de caução.
- c) Se o recorrente alegar violação de enunciado de qualquer súmula de tribunal superior, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
- d) É vedada a *reformatio in pejus* no julgamento do recurso administrativo.
- e) O prazo para interposição do recurso é de 5 (cinco) dias, contado da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

37. Servidora ocupante de dois cargos públicos privativos de profissional de saúde da esfera federal, em acumulação lícita nos termos do art. 37, XVI, 'c', da Constituição Federal, percebe, somadas as remunerações dos dois vínculos, valor superior ao subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O teto incide sobre a soma das remunerações, devendo o excedente ser glosado no vínculo de menor remuneração.
- b) A acumulação torna-se ilícita sempre que o somatório das remunerações superar o teto constitucional.
- c) O teto constitucional não se aplica a nenhum dos vínculos, por se tratar de profissional da área de saúde.
- d) A definição do parâmetro de incidência do teto depende de lei específica de cada ente federativo.

e) O teto remuneratório incide isoladamente sobre a remuneração de cada um dos cargos acumulados, afastada a sua observância quanto ao somatório dos ganhos do agente público

38. Determinado prefeito paulista deixou de prestar contas ao governo estadual, quando estava obrigado a fazê-lo. Considerando que o prefeito dispunha das condições para o encaminhamento da prestação de contas, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, o mandatário poderá ser sancionado com a sanção de:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, dado constituir-se de ato de improbidade causador de prejuízo ao erário.
- b) perda da função pública, sanção que alcançará tão-somente o vínculo de prefeito, como regra geral.
- c) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, a qual pode ser aumentada até o triplo, em virtude da situação econômica do réu.
- d) proibição de receber benefícios fiscais ou creditícios do poder público, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos, desde que se comprove que a omissão teve por objetivo ocultar irregularidades praticadas.
- e) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

39. Ao preparar a regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o Estado Alfa e o Município Beta examinaram as características constitucionais do novo imposto instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023. De acordo com o Art. 156-A da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O IBS é imposto de competência exclusiva da União, embora seu produto seja repartido com os Estados e os Municípios.
- b) Cada Estado e cada Município poderá editar legislação própria sobre fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes do IBS.
- c) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica, e o imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- d) O IBS incidirá sobre as exportações, admitida a devolução posterior do imposto ao exportador.
- e) Os Estados e os Municípios poderão conceder incentivos e benefícios fiscais relativos ao IBS por meio de suas leis específicas.

40. A União pretende instituir o Imposto Seletivo previsto pela Emenda Constitucional nº 132/2023. Considerando as regras do Art. 153, VIII e § 6º, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O imposto poderá ter o mesmo fato gerador e a mesma base de cálculo de outros tributos, não integrará sua própria base de cálculo e terá alíquotas fixadas em lei ordinária, específicas ou ad valorem.
- b) O imposto incidirá sobre exportações e sobre operações com energia elétrica e telecomunicações, por serem atividades de elevado impacto econômico.
- c) O imposto deverá incidir em todas as etapas de circulação do bem ou serviço, segundo técnica necessariamente cumulativa.

d) As alíquotas somente poderão ser específicas por unidade de medida e deverão ser fixadas exclusivamente por lei complementar.

e) Na extração, o imposto somente será cobrado se o produto for destinado ao mercado interno.

41. Helena, domiciliada no Estado de São Paulo, doou à sobrinha, domiciliada em Minas Gerais, quotas de uma sociedade empresária sediada no Paraná. À luz das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 nas regras do ITCMD, assinale a alternativa correta.

- a) O imposto compete a Minas Gerais, por ser o Estado de domicílio da donatária.
- b) O imposto compete ao Paraná, por ser o Estado em que está sediada a sociedade cujas quotas foram doadas.
- c) A operação é de competência da União, pois envolve bem móvel representado por participação societária.
- d) O imposto compete ao Estado de São Paulo, mas a progressividade em razão do valor da doação é apenas facultativa.
- e) O imposto compete ao Estado de São Paulo e deverá ser progressivo em razão do valor da doação.

42. Em 1º de outubro de determinado ano, foi publicada lei federal que aumentou as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Considerando os princípios da anterioridade anual e nonagesimal, assinale a alternativa correta.

- a) Os três impostos somente poderão ser exigidos no exercício financeiro seguinte e depois de transcorridos noventa dias da publicação da lei.
- b) O IPI submete-se apenas à anterioridade anual, enquanto o IR se submete exclusivamente à anterioridade nonagesimal.
- c) O IOF poderá ser exigido imediatamente, mas o IPI e o IR deverão observar cumulativamente as anterioridades anual e nonagesimal.
- d) O IPI poderá ser exigido após noventa dias, ainda que no mesmo exercício; o IR deverá aguardar o exercício seguinte, sem necessidade de observar a noventena; e o IOF poderá ser exigido imediatamente.
- e) O IR e o IOF poderão ser exigidos imediatamente, enquanto o IPI somente poderá ser cobrado no exercício financeiro seguinte, independentemente da noventena.

43. Uma autarquia estadual é proprietária de imóvel utilizado exclusivamente como sede de suas atividades administrativas essenciais. O Município em que o bem está localizado pretende cobrar IPTU e uma taxa em razão de serviço público específico e divisível colocado à disposição do imóvel. À luz da imunidade tributária recíproca, assinale a alternativa correta.

- a) A autarquia é imune tanto ao IPTU quanto à taxa, pois a imunidade recíproca alcança todas as espécies tributárias.
- b) A autarquia deve pagar os dois tributos, pois a imunidade recíproca protege apenas os entes da Administração direta.

c) O IPTU é devido porque os Municípios podem tributar o patrimônio das autarquias estaduais localizado em seu território.

d) O imóvel está protegido contra o IPTU por estar vinculado às finalidades essenciais da autarquia, mas a imunidade recíproca não afasta a taxa validamente instituída.

e) A imunidade das autarquias alcança apenas renda e serviços, não abrangendo seu patrimônio imobiliário.

44. Durante anos, a Administração Tributária aceitou reiteradamente determinado procedimento adotado pelos contribuintes. Posteriormente, a autoridade alterou sua orientação e pretendeu cobrar, em relação ao período anterior, o tributo, penalidades, juros de mora e atualização monetária da base de cálculo. De acordo com as normas do CTN sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta.

a) A prática administrativa reiterada não integra a legislação tributária e, por isso, não produz qualquer efeito protetivo.

b) A observância da prática reiterada extingue automaticamente o próprio tributo e todos os seus acréscimos.

c) A prática reiteradamente observada é norma complementar, e sua observância exclui penalidades, juros de mora e atualização monetária da base de cálculo, sem afastar necessariamente o tributo principal.

d) A observância da prática reiterada exclui apenas a penalidade, permanecendo obrigatórios os juros de mora e a atualização monetária da base de cálculo.

e) A prática reiterada pode instituir novo tributo ou majorar alíquota, ainda que não exista lei em sentido estrito.

45. A sociedade empresária Ômega possui crédito tributário inscrito em dívida ativa e em cobrança executiva, na qual já foi efetivada penhora suficiente para garantir integralmente a execução. A empresa necessita comprovar sua regularidade fiscal para participar de procedimento licitatório. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa poderá obter certidão positiva com efeitos de negativa, que produzirá os mesmos efeitos da certidão negativa.
- b) A existência do crédito impede a emissão de qualquer certidão de regularidade, ainda que a execução esteja garantida por penhora.
- c) A penhora extingue o crédito tributário, razão pela qual deverá ser expedida certidão negativa sem menção ao débito.
- d) Somente o depósito judicial em dinheiro autoriza certidão com efeitos de negativa; a penhora é juridicamente irrelevante para essa finalidade.
- e) A Administração dispõe de trinta dias, contados do requerimento, para fornecer a certidão.

46. Uma empresa varejista recolheu integralmente os tributos devidos, mas deixou de transmitir, no prazo, declaração eletrônica exigida pela legislação para fins de fiscalização. A respeito das obrigações tributárias principal e acessória, assinale a alternativa correta.

- a) A inexistência de tributo em aberto impede a caracterização de descumprimento de obrigação tributária.
- b) A obrigação de transmitir a declaração somente poderia ser criada por lei em sentido estrito, e não pela legislação tributária.
- c) A falta de entrega converte todo o valor das operações declaradas em obrigação principal de pagar novo tributo.
- d) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e sua inobservância converte-se em obrigação principal apenas quanto à penalidade pecuniária.

e) A multa aplicada pela falta de entrega passa a ter natureza de tributo, porque integra obrigação tributária principal.

47. Antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a sociedade empresária Delta identificou operação tributável que não havia sido informada ao Fisco. A empresa comunicou espontaneamente a infração e, no mesmo momento, recolheu o tributo devido e os juros de mora. Considerando o Art. 138 do CTN em sua redação vigente, assinale a alternativa correta.

- a) A denúncia afasta apenas a multa punitiva, permanecendo obrigatória a multa de mora.
- b) A responsabilidade pela infração é excluída, inclusive quanto à multa de mora, pois a denúncia foi espontânea e acompanhada do pagamento do tributo e dos juros.
- c) A denúncia somente produziria efeito se apresentada após a autoridade fiscal calcular de ofício o montante devido.
- d) A espontaneidade seria preservada mesmo se a denúncia fosse apresentada após o início de procedimento fiscal relacionado à infração.
- e) A comunicação espontânea, desacompanhada do pagamento do tributo e dos juros, sempre bastaria para excluir a responsabilidade.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

48. Mévio, servidor público estadual responsável pelo almoxarifado de uma secretaria, ao encerrar o expediente, deixou por descuido a porta do depósito destrancada. Durante a noite, Caio, pessoa estranha ao serviço público e sem qualquer ajuste prévio com Mévio, ingressou no local e subtraiu diversos notebooks pertencentes ao Estado. Considerando o disposto no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Mévio responde por peculato-furto, pois concorreu para que os bens fossem subtraídos, valendo-se da facilidade que lhe proporcionava a qualidade de funcionário público.
- b) Caio responde por peculato, uma vez que a condição de funcionário público de Mévio, por ser elementar do tipo, comunica-se a ele.
- c) Mévio responde por peculato culposo. A reparação do dano, se anterior à sentença irrecorrível, extingue a sua punibilidade. Se posterior, reduz de metade a pena imposta.
- d) Mévio responde por peculato culposo, punido com reclusão de dois a doze anos e multa, com redução de metade da pena caso repare o dano.
- e) A reparação do dano antes do recebimento da denúncia extingue a punibilidade em qualquer modalidade de peculato, dolosa ou culposa.

49. Acerca do conceito de funcionário público para fins penais, previsto no art. 327 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Para efeitos penais, considera-se funcionário público apenas quem ocupa cargo efetivo ou em comissão, desde que remunerado pelos cofres públicos.
- b) Jurados e mesários eleitorais não se enquadram no conceito penal de funcionário público, pois exercem múnus público transitório e não remunerado.

c) Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de qualquer atividade de interesse da Administração, inclusive o mero fornecimento de materiais de escritório.

d) A pena é aumentada de um terço quando o autor for qualquer das pessoas equiparadas a funcionário público pelo § 1º do art. 327, dada a maior reprovabilidade da conduta.

e) O médico de hospital particular conveniado ao Sistema Único de Saúde que exige de paciente atendido pelo SUS pagamento indevido pelo procedimento pode responder por concussão, pois é equiparado a funcionário público.

50. Tício, agente fiscal de rendas municipal, durante fiscalização em estabelecimento comercial, exigiu do proprietário R\$ 10.000,00 para não lavrar auto de infração relativo a irregularidades encontradas. Temendo a autuação, o comerciante disse que pagaria e combinou a entrega do dinheiro para dois dias depois. Antes disso, porém, noticiou os fatos à polícia, e Tício foi preso em flagrante no momento da entrega. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Tício

- a) praticou corrupção passiva, que se consumou com o efetivo recebimento do dinheiro, e o comerciante praticou corrupção ativa.
- b) praticou concussão, crime formal consumado no momento da exigência. A entrega do dinheiro constitui mero exaurimento, e o comerciante não praticou crime.
- c) praticou excesso de exação, pois, na qualidade de agente fiscal, exigiu valor indevido do contribuinte.
- d) praticou concussão na forma tentada, pois a prisão ocorreu antes que pudesse usufruir da vantagem indevida.
- e) praticou concussão, e o comerciante responde por corrupção ativa, pois prometeu vantagem indevida a funcionário público para evitar a autuação.

51. Em relação aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Pratica prevaricação o funcionário público que, sem obter qualquer vantagem, deixa de praticar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo exclusivamente a pedido de um amigo.
- b) O crime de advocacia administrativa exige, para sua configuração, que o interesse privado patrocinado perante a Administração seja ilegítimo.
- c) Comete condescendência criminosa qualquer funcionário público que, por indulgência, deixa de comunicar à autoridade competente infração praticada por colega de mesma hierarquia.
- d) Na corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- e) No crime de abandono de função, a circunstância de o fato ocorrer em lugar compreendido na faixa de fronteira é irrelevante para a tipificação, podendo ser considerada apenas na dosimetria como circunstância judicial.

52. Tício, que se apresenta como pessoa influente, cobrou de um empresário R\$ 50.000,00, afirmando que parte do valor seria repassada ao servidor da Secretaria da Fazenda responsável pela análise de um pedido de restituição de tributos da empresa, para que o pedido fosse deferido com rapidez. Apurou-se que Tício jamais teve qualquer contato com o referido servidor. Considerando o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Tício praticou tráfico de influência, com pena aumentada da metade, porque alegou que a vantagem também se destinava ao funcionário público.
- b) Tício praticou corrupção ativa, pois ofereceu vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar ato de ofício.

c) Tício praticou apenas estelionato, pois, sendo inexistente a influência alegada, não há ofensa à Administração Pública.

d) Tício praticou exploração de prestígio, crime que se configura sempre que o agente solicita vantagem a pretexto de influir em ato de qualquer servidor público.

e) O crime praticado por Tício somente se consuma com o efetivo recebimento da vantagem pelo agente.

53. Sobre o crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) O crime é formal e consuma-se com a simples omissão, em folha de pagamento, de segurados empregados, independentemente da constituição definitiva do crédito tributário.

b) Extingue-se a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social a qualquer tempo antes do recebimento da denúncia.

c) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior ao estabelecido administrativamente pela previdência social como mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

d) A pena cominada é de reclusão, de dois a doze anos, e multa, idêntica à prevista para a corrupção ativa.

e) Trata-se de crime próprio de funcionário público, inserido entre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral.

54. Governador de Estado, no último ano de seu mandato, praticou as seguintes condutas:

- I. em setembro, ordenou a assunção de obrigação cuja despesa não poderia ser integralmente paga no mesmo exercício financeiro, sem que houvesse contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa para a parcela a ser paga no exercício seguinte;
- II. em novembro, ordenou a edição de ato administrativo que concedeu gratificação aos servidores de determinada carreira, acarretando aumento da despesa total com pessoal.

Considerando os crimes contra as finanças públicas previstos no Código Penal, é correto afirmar que

- a) a conduta II somente será típica se o aumento da despesa com pessoal ultrapassar os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) a conduta I é atípica, pois o tipo penal correspondente alcança apenas as obrigações assumidas nos 180 dias anteriores ao final do mandato.
- c) as condutas seriam puníveis ainda que praticadas culposamente, dada a relevância do bem jurídico tutelado.
- d) a conduta II configura crime punido com detenção, de seis meses a dois anos.
- e) a conduta I configura o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, e a conduta II, o crime de aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.

55. A respeito dos crimes contra as finanças públicas, previstos nos arts. 359-A a 359-H do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de contratação de operação de crédito alcança apenas as operações de crédito externo realizadas sem prévia autorização legislativa.
- b) Pratica crime, punido com detenção, quem ordena ou autoriza a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente

empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.

- c) Configura prestação de garantia graciosa prestar garantia em operação de crédito, ainda que constituída contragarantia em valor igual ou superior ao da garantia prestada.
- d) A oferta pública de títulos da dívida pública somente é criminosa quando os títulos, cumulativamente, não tenham sido criados por lei e não estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.
- e) O crime de não cancelamento de restos a pagar consiste em ordenar a inscrição de restos a pagar em valor superior ao permitido em lei.

56. Secretário de Estado de Obras, sem obter qualquer proveito para si ou para outrem, determinou que recursos destinados pela lei orçamentária à construção de um hospital regional fossem empregados na pavimentação de estradas estaduais. Essa despesa também estava prevista na mesma lei orçamentária, mas em dotação diversa e já esgotada. Todos os recursos foram efetivamente aplicados nas obras de pavimentação. Considerando o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O Secretário praticou peculato-desvio, pois desviou dinheiro público de que tinha a disponibilidade em razão do cargo.
- b) O Secretário praticou o crime de ordenação de despesa não autorizada, punido com reclusão, de um a quatro anos.
- c) O fato é atípico na esfera penal e configura mera irregularidade administrativa, pois os recursos foram integralmente aplicados em finalidade pública, sem prejuízo ao erário.
- d) O Secretário praticou o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, punido com detenção, de um a três meses, ou multa.
- e) O Secretário praticou prevaricação, pois realizou ato de ofício contra disposição expressa de lei.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

57. João, 16 anos, é casado. Maria 25 anos, é viciada em tóxicos. André, 19 anos, é pessoa com deficiência mental. Silvia 15 anos, atua como *influencer* digital e tem economia própria.

Acerca da capacidade de exercício, é correto afirmar que João, Maria, André e Silvia são, respectivamente:

- a) Relativamente incapaz, plenamente capaz, plenamente incapaz e plenamente capaz.
- b) Plenamente capaz, relativamente incapaz, plenamente capaz e absolutamente incapaz.
- c) Plenamente capaz, absolutamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz.
- d) Relativamente incapaz, relativamente incapaz, absolutamente incapaz e plenamente capaz.
- e) Plenamente capaz, plenamente capaz, plenamente capaz e relativamente incapaz.

58. Pedro, utilizando-se de artifício doloso, induziu Andrea a comprar uma casa de campo pertencente a João, afirmando tratar-se de imóvel situado em área privilegiada, que tenderia a se valorizar cada vez mais. João, em nenhum instante, tomou conhecimento da manobra ardilosa de Pedro, tampouco tinha qualquer motivo para desconfiar do fato. Posteriormente, verificou-se que as informações prestadas por Pedro eram infundadas.

Com relação ao contrato de compra e venda firmado entre Andrea e João, é correto afirmar tratar-se de um negócio jurídico:

- a) Nulo, e somente Pedro responderá por perdas e danos perante Andrea.
- b) Anulável, e Pedro responderá solidariamente com João por perdas e danos perante Andrea.
- c) Anulável, e somente Pedro responderá por perdas e danos perante Andrea.
- d) Válido, não sendo devidas perdas e danos a Andrea.

e) Válido, e somente Pedro responderá por perdas e danos perante Andrea.

59. Patricia contraiu com o Banco Crédito Fácil um empréstimo no valor de R\$ 100 mil. Ao perceber que não teria condições de pagar, propôs que o contrato de mútuo fosse extinto, e ao mesmo tempo substituído por outro contrato em que seu pai, Marcelo, viria a sucedê-la como o novo devedor da quantia acima estipulada. O Banco Crédito Fácil aceitou a proposta, e ao mesmo deu plena quitação a Patricia.

Com relação à operação descrita, é correto tratar-se de:

- a) Pagamento com sub-rogação.
- b) Imputação do pagamento.
- c) Dação em pagamento.
- d) Novação.
- e) Promessa de fato de terceiro.

60. Com relação ao contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) Na venda por amostra, prevalece a descrição contratual se houver diferença entre a maneira pela qual a coisa foi descrita no contrato e o modelo apresentado ao comprador.
- b) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- c) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- d) É ilegal a compra e venda entre cônjuges.
- e) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

61. Lucio, que trabalhava como *motoboy*, sofreu um atropelamento provocado pela manobra imprudente de um veículo conduzido por Paulo, que contava à época com 17 anos de idade. Em decorrência do acidente, Lucio teve de submeter-se a uma cirurgia destinada à amputação um de seus dedos, ficando duas semanas internado no hospital, sem condições de trabalhar.

Pleiteou, em razão do fato, reparação por danos materiais, morais e estéticos.

Com relação o caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Não é cabível a indenização na forma pleiteada, pois os danos morais englobam os danos estéticos.
- b) Não é cabível a indenização na forma pleiteada, pois não houve qualquer dano material sofrido por Lucio.
- c) O prazo prescricional para a propositura da ação reparatória é de 3 anos.
- d) Os responsáveis pela reparação civil são os pais de Paulo, contanto que se comprove que concorreram culposamente para o fato.
- e) Não é possível a propositura da ação reparatória diretamente contra Paulo.

62. Com relação à posse, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- b) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- c) A posse pode ser adquirida através de representação.
- d) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou precários, senão depois de cessar a violência ou a precariedade.
- e) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias e úteis que houver feito.

63. Com relação à propriedade, assinale a alternativa correta.

- a) São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, ainda que não sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- b) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo, mas não o subsolo correspondente, que constitui domínio pertencente à União.
- c) O proprietário do solo não tem o direito de explorar nenhum dos recursos minerais do subsolo.
- d) A propriedade não se presume plena nem exclusiva, sendo limitada pela função social.
- e) Aquele que restituir a coisa achada que foi perdida por outrem terá direito a uma recompensa não inferior a 5% do seu valor.

64. Lúcio é proprietário de imóvel que não tem acesso à via pública. Por isso, costuma cortar caminho transitando pelo terreno pertencente a Joana, situado em área fronteira à BR 101. Joana jamais fez qualquer oposição ao fato. Ocorre que Joana acabou de falecer, e seus herdeiros estão impedindo o acesso ao imóvel por parte Lúcio.

Com relação à medida que pode ser tomada por Lucas para melhor assegurar seus direitos, a mais indicada seria:

- a) Servidão de passagem, sem indenização.
- b) Servidão de passagem, com indenização.
- c) Passagem forçada, sem indenização.
- d) Passagem forçada, com indenização.
- e) Esbulho possessório, com indenização.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

65. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos

- a) dolosos, e, perante terceiros, pelos culposos.
- b) culposos, e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos dolosos.
- c) culposos, e, perante terceiros, subsidiariamente com o preponente, pelos dolosos.
- d) dolosos, respondendo o preponente, perante terceiros, pelos culposos.
- e) culposos, excluída qualquer responsabilidade perante terceiros.

66. Na sociedade limitada, a exclusão extrajudicial de sócio por justa causa exige

- a) unanimidade dos demais sócios.
- b) autorização judicial prévia.
- c) deliberação de sócios que representem mais da metade do capital social e previsão da exclusão no contrato social.
- d) deliberação de três quartos do capital social e previsão da exclusão no contrato social.
- e) apenas a notificação do sócio a ser excluído.

67. Constitui dever do liquidante

- a) exigir dos quotistas a integralização de suas quotas somente mediante autorização judicial.
- b) arrecadar os bens da sociedade, apenas os que estiverem na sede.
- c) iniciar novos negócios para recompor o capital social.
- d) averbar e publicar o instrumento de dissolução somente após ultimados os negócios da sociedade.
- e) ultimar os negócios da sociedade, realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o remanescente.

68. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, poderá requerer recuperação judicial o devedor que

- a) exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e, entre outros requisitos, não seja falido.
- b) exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos, ainda que tenha obtido concessão de recuperação judicial há 3 (três) anos.
- c) tenha obtido concessão de recuperação judicial há menos de 5 (cinco) anos.
- d) seja falido, desde que a falência esteja em curso.
- e) tenha sido condenado por crime falimentar há mais de 2 (dois) anos.

69. Será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a

- a) 40 (quarenta) salários-mínimos na data da decretação da falência.
- b) 20 (vinte) salários-mínimos na data do pedido de falência.
- c) 100 (cem) salários-mínimos na data do protesto dos títulos.
- d) 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
- e) 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.

70. É ineficaz em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor,

- a) a prática de atos a título gratuito, desde 2 (dois) anos antes da decretação da falência.
- b) o pagamento de dívidas não vencidas realizado fora do termo legal.
- c) a alienação de bens do ativo permanente autorizada judicialmente.
- d) o pagamento de dívidas vencidas realizado na forma prevista no contrato.
- e) a constituição de garantia real, dentro do termo legal, para dívida contraída no mesmo ato.

71. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o registro dos atos constitutivos e a baixa de empresários e pessoas jurídicas

- a) dependem da regularidade das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- b) ocorrem independentemente dessa regularidade, ficando exonerados os sócios e administradores das responsabilidades correspondentes.
- c) ocorrem independentemente dessa regularidade, sem prejuízo das responsabilidades por tais obrigações.
- d) ocorrem independentemente dessa regularidade apenas para microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) dependem de autorização prévia da administração tributária.

72. A fiscalização trabalhista, sanitária e ambiental das microempresas e empresas de pequeno porte observará o critério de dupla visita para a lavratura de autos de infração, salvo

- a) quando a obrigação descumprida for de natureza acessória.
- b) quando constatada falta de registro de empregado ou anotação da CTPS, reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.
- c) quando a empresa tiver mais de 10 (dez) empregados.
- d) nas infrações de natureza ambiental.
- e) quando houver denúncia de trabalhador ou de entidade sindical, ainda que sem reincidência ou embaraço.

DIREITO FINANCEIRO*Leandro Ravyelle*

73. Durante a preparação da proposta orçamentária para 2027, determinado ente federativo instituiu processo de participação social no qual cidadãos puderam apresentar e priorizar propostas de investimentos públicos. Foram realizadas reuniões presenciais e disponibilizada plataforma eletrônica para recebimento e votação das propostas, cujos resultados subsidiariam a elaboração da programação orçamentária.

Considerando as características do Orçamento Participativo (OP) e sua inserção no sistema brasileiro de planejamento e orçamento, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento participativo constitui mecanismo de democracia exclusivamente representativa, pois a participação da população somente pode ocorrer por intermédio dos parlamentares eleitos.
- b) O orçamento participativo pressupõe necessariamente caráter deliberativo e vinculante, de modo que as propostas escolhidas diretamente pela população devem integrar a LOA, independentemente da análise técnica e da posterior apreciação legislativa.
- c) A utilização de plataformas digitais descaracteriza o orçamento participativo, que, por sua própria natureza, exige a realização de assembleias presenciais para manifestação válida dos cidadãos.
- d) O orçamento participativo é incompatível com sua adoção em âmbito estadual ou federal, pois a participação direta na definição de prioridades orçamentárias somente é juridicamente admitida no âmbito municipal.
- e) O orçamento participativo constitui mecanismo de participação social na definição de prioridades para a alocação de recursos públicos, podendo utilizar instrumentos presenciais ou digitais, sem afastar a observância dos instrumentos formais de planejamento e orçamento e do processo legislativo correspondente.

74. Durante a capacitação de servidores responsáveis pela elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, discutiu-se a aplicação dos princípios orçamentários. Um dos servidores afirmou que, embora a Constituição Federal preveja os orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social, tais peças devem compor uma única Lei Orçamentária Anual no âmbito de cada ente federativo, permitindo uma visão integrada das finanças públicas.

A afirmação apresentada está relacionada ao princípio orçamentário da

- a) universalidade, também denominado totalidade, segundo o qual a LOA deve compreender todas as receitas e despesas, ainda que distribuídas em leis orçamentárias autônomas.
- b) unidade, também denominado totalidade, segundo o qual todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal no âmbito de cada ente federativo.
- c) universalidade, segundo o qual os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social devem ser aprovados por leis distintas, desde que consolidados posteriormente.
- d) unidade, também denominado orçamento bruto, segundo o qual todas as receitas e despesas devem constar da LOA por seus valores totais, vedadas quaisquer deduções.
- e) exclusividade, segundo o qual os três orçamentos previstos constitucionalmente devem integrar uma única LOA, sendo vedada qualquer autorização para abertura de créditos suplementares.

75. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de determinado Estado, a comissão legislativa competente concluiu que a estimativa de arrecadação de determinada receita tributária encaminhada pelo Poder Executivo estaria subavaliada. Para financiar novas programações incluídas por emendas parlamentares, a comissão pretende elevar a previsão dessa receita. O parecer, contudo, fundamenta a reestimativa apenas na expectativa de melhora da atividade econômica, sem demonstrar erro ou omissão de ordem técnica ou legal na proposta encaminhada pelo Executivo.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que

- a) a reestimativa da receita pelo Poder Legislativo é admitida sempre que destinada a financiar novas despesas, desde que aprovada pelo mesmo quórum exigido para aprovação da lei orçamentária.
 - b) o Poder Legislativo pode reestimar livremente as receitas constantes do PLOA, pois a iniciativa privativa do Poder Executivo alcança apenas a fixação das despesas públicas.
 - c) a reestimativa da receita pelo Poder Legislativo somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, não bastando expectativa genérica de crescimento da arrecadação para criar fonte destinada à ampliação de despesas.
 - d) a reestimativa da receita é vedada em qualquer hipótese, cabendo exclusivamente ao Poder Executivo modificar as previsões constantes do PLOA durante toda a sua tramitação.
 - e) a comissão legislativa poderá elevar a receita estimada independentemente da existência de erro ou omissão, desde que os recursos adicionais sejam destinados exclusivamente a despesas de capital.
-

76. Em 2026, determinado Estado pretende contratar operação de crédito para financiar programa de modernização de sua rede pública de saúde. Os recursos obtidos serão utilizados na aquisição de equipamentos hospitalares permanentes, na realização de obras de ampliação de unidades de saúde e, parcialmente, no pagamento de serviços de manutenção dos equipamentos e de capacitação dos servidores que irão operá-los.

Durante a análise da operação, um auditor sustentou que a utilização de qualquer parcela dos recursos provenientes do endividamento em despesas correntes configuraria, por si só, violação à denominada “regra de ouro” das finanças públicas. Considerando a disciplina estabelecida pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A conclusão do auditor está correta, pois a regra de ouro estabelece vinculação direta entre cada operação de crédito e determinada despesa de capital, sendo constitucionalmente proibida a utilização de recursos de empréstimos em qualquer despesa corrente.
- b) A operação somente será constitucional se os recursos destinados às despesas correntes forem inferiores aos aplicados em investimentos dentro do próprio programa financiado, pois a regra de ouro é verificada individualmente para cada operação de crédito.
- c) A regra de ouro permite operações de crédito para despesas correntes apenas quando estas forem acessórias a investimento financiado pela mesma operação, como treinamento dos servidores e manutenção dos equipamentos adquiridos.
- d) A regra de ouro não estabelece, como regra geral, vinculação entre determinada operação de crédito e uma despesa específica, mas veda que, no exercício financeiro, a realização de operações de crédito exceda o montante das despesas de capital, ressalvadas as operações autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- e) A regra de ouro determina que o total das receitas de capital seja igual ou inferior às despesas de

capital, admitindo-se sua superação mediante créditos extraordinários aprovados por maioria simples do Poder Legislativo.

77. Ao examinar as contas de determinado Município, o Tribunal de Contas constatou que a Secretaria Municipal de Saúde celebrou contratos com empresas privadas para disponibilização de profissionais que passaram a exercer, nas unidades de saúde administradas diretamente pelo Município, atividades anteriormente desempenhadas por servidores integrantes do quadro municipal. A Administração classificou integralmente os valores pagos como simples serviços de terceiros, excluindo-os da apuração da despesa total com pessoal.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), é correto afirmar que os valores relativos à mão de obra terceirizada que caracterize substituição de servidores públicos

- a) devem ser contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal” e considerados na despesa total com pessoal, sujeitando-se o Município ao limite global de 60% da receita corrente líquida.
- b) constituem “Outros Serviços de Terceiros”, não integrando a despesa total com pessoal, ainda que os trabalhadores terceirizados exerçam atividades correspondentes às desempenhadas por servidores do quadro municipal.
- c) devem ser classificados como “Pessoal e Encargos Sociais”, exclusivamente, sendo computados na despesa total com pessoal do Município, cujo limite global corresponde a 50% da receita corrente líquida.
- d) caracterizam necessariamente despesa obrigatória de caráter continuado, submetida ao art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não integram a despesa total com pessoal, por inexistir vínculo funcional entre os trabalhadores e o Município.
- e) somente serão consideradas despesa com pessoal se a terceirização tiver sido celebrada por prazo superior a dois exercícios financeiros e resultar em obrigação legal de caráter continuado para o Município.

78. No exercício de 2026, determinado Estado celebrou convênio com um Município para implantação de um centro integrado de capacitação tecnológica. O instrumento prevê a transferência de R\$ 8 milhões pelo Estado e contrapartida financeira de R\$ 2 milhões pelo Município. Os recursos estaduais serão liberados em três parcelas, condicionadas ao cumprimento das etapas previstas no plano de trabalho e à correspondente prestação de contas.

A primeira parcela foi transferida para conta bancária específica do convênio. Ao final do exercício, parte dos recursos ainda não havia sido aplicada, permanecendo vinculada à execução do objeto pactuado.

Considerando a natureza da transferência à luz da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que os recursos repassados pelo Estado ao Município caracterizam

- a) transferência legal obrigatória, pois a celebração do convênio transforma a obrigação voluntariamente assumida pelo Estado em transferência decorrente de determinação legal.
- b) transferência constitucional, uma vez que recursos repassados entre entes da Federação para execução de políticas públicas descentralizadas integram o sistema constitucional de repartição de receitas.
- c) operação de crédito intergovernamental, pois o Município recebe recursos de outro ente da Federação com obrigação de comprovar sua aplicação e de restituir eventual saldo não utilizado.
- d) transferência voluntária, por constituir entrega de recursos de um ente da Federação a outro, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, sem decorrer de determinação constitucional ou legal nem se tratar, na hipótese, de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde.
- e) receita extraorçamentária, enquanto não houver a aprovação definitiva da prestação de contas pelo Estado, convertendo-se em receita orçamentária

somente após a homologação das contas do convênio.

79. Durante a elaboração da proposta orçamentária para 2027, determinado Estado identificou dificuldades financeiras enfrentadas por uma sociedade empresária privada responsável pela prestação de serviço considerado estratégico para a economia regional. Diante do risco de interrupção das atividades, o Poder Executivo pretende conceder à empresa financiamento em condições favorecidas e, adicionalmente, aporte destinado à cobertura parcial de seu déficit operacional.

A equipe técnica informou que há interesse público na medida e disponibilidade financeira no Tesouro Estadual, mas que a Lei Orçamentária Anual vigente não contém dotação específica para essa finalidade.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 sobre a destinação de recursos públicos ao setor privado, é correto afirmar que

- a) a demonstração de relevante interesse econômico e social permite a concessão dos recursos por ato do Poder Executivo, sendo dispensáveis lei específica e previsão orçamentária quando o beneficiário exercer atividade estratégica.
- b) a exigência de autorização por lei específica restringe-se às subvenções destinadas à cobertura de déficits de pessoas jurídicas, não alcançando empréstimos, financiamentos, refinanciamentos ou participação em aumento de capital.
- c) a destinação poderá ser realizada mediante abertura de crédito adicional pelo Poder Executivo, ainda que inexistir lei específica, desde que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleça genericamente condições para o apoio financeiro a empresas privadas.
- d) a destinação dos recursos deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e possuir previsão no orçamento ou em créditos adicionais, abrangendo a disciplina da LRF, entre outras hipóteses, a concessão de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e subvenções.
- e) as exigências da LRF alcançam apenas a Administração direta e as autarquias, não incidindo

sobre fundações públicas ou empresas estatais que realizem operações de apoio financeiro ao setor privado.

80. Ao realizar a gestão de suas disponibilidades financeiras, determinado Estado da Federação decidiu aplicar parcela temporariamente ociosa de seus recursos na aquisição de títulos da dívida pública federal emitidos pela União. Durante auditoria, levantou-se dúvida quanto à compatibilidade da operação com a vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal à realização de operações de crédito entre entes da Federação.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que a aquisição

- a) é vedada, pois a compra de títulos emitidos pela União por outro ente federativo configura operação de crédito entre entes da Federação, independentemente da finalidade da aquisição.
- b) é permitida somente quando os títulos adquiridos tiverem prazo de resgate inferior a doze meses, pois, ultrapassado esse período, passam a integrar a dívida consolidada do ente adquirente.
- c) é permitida, pois a LRF expressamente estabelece que a vedação às operações de crédito entre entes da Federação não impede Estados e Municípios de comprarem títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.
- d) é vedada, salvo se previamente autorizada pelo Senado Federal, uma vez que a aquisição de títulos federais por Estados ou Municípios é equiparada à concessão de garantia entre entes federativos.
- e) é permitida apenas quando intermediada por instituição financeira estatal, pois a LRF excepciona da vedação às operações intergovernamentais exclusivamente aquelas realizadas por instituições financeiras controladas pelo Poder Público.

Estudo de Caso 1

A Secretaria de Educação de Itaguaçu do Tietê publicou, em 12 de maio de 2025, o edital da Concorrência Eletrônica nº 14/2025, para a manutenção predial das cinquenta e duas escolas da rede, por doze meses, ao valor estimado de R\$ 4.380.000,00, com julgamento pelo maior desconto sobre a tabela de referência da Secretaria de Obras. O edital informou que o valor orçado ficaria em invólucro apartado, aberto após a assinatura do contrato, e descreveu os serviços por tipo de intervenção, sem as quantidades por escola.

A Portaria nº 61, de 5 de maio de 2025, incumbiu da condução do certame Hélio Bastos Camargo, admitido em 2024 para o cargo em comissão de assessor técnico, de livre nomeação e exoneração, e lhe atribuiu também a fiscalização do futuro contrato.

Na sessão de 10 de junho de 2025, o agente exigiu dos nove licitantes, antes do exame das propostas, as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, e afastou três que não as juntaram no prazo da ata. Encerrados os lances, a Conservadora Itapetim Ltda., de Itaguaçu do Tietê, e a Prediar Serviços Integrados Ltda., de Curitiba, ofertaram desconto igual de 18,4%; o agente registrou sorteio e proclamou vencedora a Prediar.

Uma das afastadas representou ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 3 de março de 2026. Requisitado o valor orçado, a Secretaria respondeu que o dado estava sob sigilo até o fim do contrato.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Identifique os requisitos exigidos para a designação do responsável pela condução da Concorrência Eletrônica nº 14/2025, considerando o teor da Portaria nº 61, de 5 de maio de 2025;
- b) Verifique a regularidade do tratamento dado pela Secretaria ao valor orçado, perante os licitantes e perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- c) Justifique a solução cabível para o desconto igual ofertado pela Conservadora Itapetim Ltda. e pela Prediar Serviços Integrados Ltda.;
- d) Delimite o momento e o alcance da exigência dos documentos de habilitação na Concorrência Eletrônica nº 14/2025.

Resposta em até 45 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

A Lei nº 2.418/2023 fixou em R\$ 420.000.000 a despesa de 2024 de Vargem do Sapucaí (SP) e autorizou o Executivo a abrir, por decreto, créditos suplementares até 5% dela. Após a chuva de 12/1/2024, que interditou vias e duas escolas, o Prefeito reconheceu calamidade pública e, pelo Decreto nº 3.902, de 15/1/2024, abriu crédito de R\$ 5.000.000: R\$ 3.800.000 para recuperar os próprios atingidos e R\$ 1.200.000 para a troca de veículos da frota, prevista desde 2023. O ato não indicou a origem dos recursos e foi à Câmara no dia seguinte.

Pelo Decreto nº 3.948, de 18/3/2024, abriu R\$ 18.000.000 para a manutenção da rede de ensino, já dotada, com recurso no excesso de arrecadação: até fevereiro, previa-se R\$ 62.000.000 e ingressaram R\$ 70.500.000. Em 9/9/2024, o Decreto nº 4.016 abriu R\$ 9.400.000 para o Centro de Inovação Rural, sem dotação no orçamento, com anulação de dotações de obras em igual valor. Em 21/10/2024, o Decreto nº 4.061 abriu R\$ 4.500.000 para o custeio da saúde, já dotado. Os três invocaram a mesma lei.

A Lei nº 2.487, de 12/12/2024, autorizou R\$ 12.000.000 para creches em tempo integral, sem dotação própria, abertos pelo Decreto nº 4.102, de 16/12/2024. Até 31/12/2024 empenharam-se R\$ 2.700.000, e o saldo foi consumido em 2025 sem novo decreto, tal como os R\$ 800.000 que sobraram do crédito de outubro. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo examinou os atos.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Explique como se classificam as despesas atendidas pelo Decreto nº 3.902 e que requisitos a espécie de crédito cabível impõe ao ato de abertura;
- b) Confronte a exigência de indicação da fonte de recursos no crédito aberto em janeiro de 2024 e no aberto pelo Decreto nº 3.948, com apuração dos recursos disponíveis neste último;
- c) Demonstre se a autorização da Lei nº 2.418/2023 amparava os créditos abertos pelos Decretos nº 3.948, nº 4.016 e nº 4.061;
- d) Aponte os efeitos do encerramento do exercício de 2024 sobre os saldos dos créditos abertos em outubro e em dezembro de 2024 e sobre os empenhos feitos em 2025.

Resposta em até 45 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
